

execução em que se encontra cada projeto financiado com recursos oriundos de repasse da União. O Senhor PAULO ROGÉRIO DA SILVA, representantes de classe dos Agentes de Execução Penal do Distrito Federal, solicitou que parte da verba fosse destinada para aquisição de camas, chuveiros, fiação e outros itens a serem destinados para adequação das instalações dos Novos Centros de Detenção Provisória. O Presidente então esclareceu que a destinação dos recursos Fundo a Fundo 2021 estão taxativamente destinados para obras e reformas. Esclareceu também que existem em tramitação no âmbito da SEAPE um processo para aquisição de mobiliários para aquela nova Unidade Prisional. Senhor PAULO ROGÉRIO DA SILVA, então reforçou sua solicitação para destinação de parte dos recursos para reformar dos banheiros. O Presidente então esclareceu que a obra é nova e foi recém recebida pela Secretaria de Estado de Segurança Pública, tendo recebido em conformidade com o que estava no planejamento da contratação, e esclareceu irá verificar se existe a possibilidade de viabilizar a execução das obras solicitadas, sem que a obra possa interferir na garantia da obra, está será realizada. O Senhor ELIANILDO DA SILVA NASCIMENTO, representantes do Conselho Distrital de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, apresentou manifestação quanto a preocupação de alteração nas estruturas de obras, mesmo possuindo estrutura deficientes, poderão alterar sim a garantia da obra, e destacou que está passando por situação similar em outra instituição no GDF. Reforçou a necessidade da realização de gestão junto ao DEPEN e a Empresa Construtora, com base em relatórios técnicos, para verificar a possibilidade da realização das reformas das instalações. O Senhor FERNANDO PEREIRA DA COSTA, representantes do Conselho Distrital de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, solicitou a intervenção da SEAPE para solucionar a situação dos ambulantes que atuam no âmbito do Sistema Penitenciário, em especial para a guarda dos objetos dos visitantes durante a visita. O Senhor Presidente então informou que estava em andamento projeto para construção de uma área de apoio para os visitantes área próxima a entrada do Complexo Penitenciário, que vinha sendo executada pela TERRACAP. Informou também que está verificando a viabilidade da continuidade da obra. A Senhora DEUSELITA PEREIRA DE MARTINS, Diretora Executiva da FUNAP, manifestou que o pleito de reforma dos alojamentos das Unidades Prisionais já é um pleito antigo no âmbito do Conselho e sugeriu que os recursos remanescentes da transferência Fundo a Fundo 2018 possa ser destinado para a sugerida reforma. O Senhor PAULO ROGÉRIO DA SILVA, representantes de classe dos Agentes de Execução Penal do Distrito Federal, informou que o Sindicato do Policiais Penais realizou a doação de alguns itens para os novos Centros de Detenção Provisória (Novos CDPs). O Presidente então reafirmou que está em andamento processos internos para aquisição de materiais para reforma das instalações com recursos de fontes próprias, para resolver os problemas apontados, levando em consideração as restrições para não afetar a garantia contratual das instalações. O Senhor GUSTAVO ALEXIM ARAÚJO, representantes de classe dos Agentes de Execução Penal do Distrito Federal, informou que como Diretor da Escola Penitenciária, foi demandando para apresentar estudo técnico para implantar e regulamentar a realização das audiências virtuais e que para tanto, a reforma e disponibilização das salas é essencial para o atendimento das demandas do Poder Judiciário. Informou também acerca da necessidade da realização de investimentos na capacitação e reciclagem dos servidores na utilização de municações não letais no âmbito do Sistema Penitenciário, para atender as demandas do Ministério Público. O Presidente então informou que o recurso remanescente da transferência Fundo a Fundo 2018, no valor aproximado de R\$ 80.000,00 (oitenta mil) podem ser destinados para a aquisição de itens para melhoria das unidades prisionais. Quanto a proposta de aplicação dos recursos Fundo a Fundo referente ao exercício 2021, esta foi aprovada para reforma/adaptação de salas de audiência virtual e outsourcing de impressão e dos recursos remanescentes da transferência Fundo a Fundo 2018, no valor aproximado de R\$ 80.000,00 (oitenta mil) serem destinados para a aquisição de itens para melhoria das unidades prisionais. Foi aprovada por unanimidade a alteração da destinação dos recursos Fundo a Fundo 2020 para compra exclusiva de computadores. Foi aprovada por unanimidade a alteração da destinação dos recursos Fundo a Fundo 2019 da compra de viaturas operacionais para viaturas administrativas, tendo em vista o recebimento de 05 viaturas tipo Van e 04 ônibus pelo DEPEN. O servidor DIEGO ALCANTARA, integrante da equipe de gestão do FUNPDF, apresentou Estudo Técnico elaborado pela equipe de gestão em que mostrou a possibilidade da realização da gestão dos recursos entre fundos de aplicação do Banco do Brasil, instituição em que estão alocados os recursos transferidos pelo DEPEN e, caso seja realizada a alocação em fundo similares, que também atendem as determinações legais, é possível aumentar o rendimento dos fundos, para elevar os rendimentos auferidos. Após o exposto, solicitou aprovação do Conselho para realizar a alocação dos recursos aplicados em fundos mais vantajosos. A solicitação foi aprovada por unanimidade. O senhor Presidente esclareceu que o referido estudo foi encaminhado para o DEPEN. O Senhor PAULO ROGÉRIO DA SILVA, representantes de classe dos Agentes de Execução Penal do Distrito Federal, durante a reunião entregou ao senhor Presidente o Ofício nº 437/2021-SINDPOL-DF, em que formaliza o pleito para aquisição de camas e colchões para os policiais penais; antenas de radiocomunicação e rádios para as viaturas; cadeiras e aparelhos de ar condicionado para os alojamentos. A equipe de gestão de apresentou esclarecimento quanto a não utilização dos recursos 2020, que foram automaticamente revertidos para o Tesouro do Distrito Federal, conforme determinação legal. Ficou aprovada a continuidade das reuniões presenciais e o calendário de reuniões a serem realizadas. O Senhor PAULO ROGÉRIO DA SILVA, representante de classe dos Agentes de Execução Penal do Distrito Federal, solicitou manifestação quanto à viabilidade da inclusão de mais uma pessoa na cadeira dos representantes da categoria na reunião, em substituição a uma conselheira, representante da categoria dos Agentes Policiais de Custódia, que não atuam mais no Sistema Penitenciário. O Presidente do Conselho propôs um calendário de reuniões assim definidas: 32ª Reunião

Ordinária dia 02 de agosto, 33ª Reunião Ordinária dia 04 de outubro e 34ª Reunião Ordinária, restando assim a próxima reunião para 02 de agosto do presente ano e quanto ao formato das reuniões restou mantida a forma presencial, aprovada por unanimidade pelo Conselho. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião às 16 horas e 53 minutos, para constar na ATA que após lida, será assinada por todos os membros presentes. GERALDO LUIZ NUGOLI COSTA, Presidente; DEUSELITA PEREIRA DE MARTINS, Presidente da FUNAP; MARCELO LISBOA, Representante dos Diretores Prisionais; MARILIA DOS SANTOS DE OLIVEIRA, Representante dos Diretores Prisionais; FERNANDO PEREIRA DA COSTA, Representante do Conselho Distrital de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos; ELIANILDO DA SILVA NASCIMENTO, Representante do Conselho Distrital de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos; PAULO ROGÉRIO DA SILVA, Representante de classe dos Agentes de Execução Penal; GUSTAVO ALEXIM ARAÚJO, Representante de classe dos Agentes de Execução Penal.

## SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE

### DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

ORDEM DE SERVIÇO Nº 66, DE 28 DE JULHO DE 2021

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL, Substituto, usando das atribuições previstas no artigo 106, inciso IX, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 37.949, de 12 de janeiro de 2017, combinado com a Instrução Normativa nº 102, de 15 de julho de 1998, do Tribunal de Contas do Distrito Federal, resolve: TORNAR SEM EFEITO o AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO RDCI Nº 01/2021, publicado no DODF nº 138, de 23 de julho de 2021, página 57.

FÁBIO CARDOSO DA SILVA

## SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA

### SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA CONJUNTA Nº 11, DE 15 DE JULHO DE 2021

O SECRETÁRIO EXECUTIVO, DA SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 114 do seu Regimento Interno, aprovado pelo Decreto nº 34.320, de 26 de abril de 2013, publicado no DODF nº 87, de 29 de abril de 2013, e delegadas pelo art. 1º, incisos VII e XXII, da Portaria nº 141, de 05 de julho de 2019, publicada no DODF nº 127, de 09 de julho de 2019, e a SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e III, do parágrafo único, do artigo 105, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolvem: Art. 1º Prorrogar por mais 30 (trinta) dias, a contar de 03/09/2021, o prazo para conclusão do Grupo de Trabalho instituído por meio da Portaria Conjunta nº 03, de 20 de abril de 2021, com vistas à elaboração e publicação do Guia Friendly LGBT. Art. 2º Esta Portaria Conjunta entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME SANTANA DE SOUSA

Secretário Executivo, da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania

VANESSA CHAVES MENDONÇA

Secretária de Estado de Turismo

PORTARIA Nº 543, DE 27 DE JULHO DE 2021

O SECRETÁRIO EXECUTIVO, DA SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo artigo 114, do seu Regimento Interno, aprovado pelo Decreto nº 34.320, de 26 de abril de 2013, publicado no DODF nº 87, de 29 de abril de 2013, página 2, e, delegadas pelo art. 1º, incisos XVI, XVII, XVIII e XXII, da Portaria nº 141, de 05 de julho de 2019, publicada no DODF nº 127, de 09 de julho de 2019, página 12, bem como o contido no artigo 3º e o anexo III, do Decreto nº 39.807, de 06 de maio de 2019, e no art. 211 e seguintes da Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011, resolve: Art. 1º Reinstaurar a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar destinada a apurar os fatos constantes dos autos do processo 00400-00059503/2019-24, prorrogada por meio da Portaria nº 378, de 25 de maio de 2021, publicada no DODF nº 99, de 27 de maio de 2021, com a mesma Comissão Processante designada para concluir os trabalhos de apuração dos fatos constantes do processo acima citado e apresentar relatório conclusivo. Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME SANTANA DE SOUSA

## CONSELHO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

ATA DA 66ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA

Aos 13 de julho de 2021, por videoconferência, às 9h30, verificado o quórum regimental, deu-se a abertura oficial da 66ª Reunião Plenária Extraordinária do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal - CDCA/DF, sob a presidência do senhor

João Henrique, vice-presidente do CDCA-DF, presentes (1) Representantes Governamentais: Eduardo Chaves da Silva, Secretária de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal (Infância e Adolescência); Daniela do Nascimento, representante da Secretaria de Educação, Grazielle Nogueira, representante da Casa Civil, Kelly Tavares, representante da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal (Direitos Humanos), Mônica Daniele Maciel Ferreira, representante da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal (Direitos Humanos); Mirella Ximenes, representante da Secretaria de Estado de Economia Criativa, Priscila Pinato Mattoso, representante da Secretaria de Saúde do Distrito Federal; Simone Borges Nascimento, representante da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal. (2) Representantes da Sociedade Civil: Adriana Camelo Nunes, representante da instituição Assistência Social Casa Azul; Celiomar Dias de Oliveira, representante da instituição Projeto Integral de Vida - Pró-Vida; Daise Lourenço Moisés, representante do Conselho de Entidades Promoção e Assistência Social do DF; Francisco Rodrigues Corrêa, representante do Sindicato dos Empregados em Instituição Beneficentes Religiosas e Filantrópicas do DF - Sintibref/DF; João Henrique, representante do Instituto Carinho; João Donadon, representante da instituição Casa de Ismael - Lar da Criança; Julia Salvagni, representante do Conselho Regional De Psicologia Do Distrito Federal; Juliana Miranda Damasceno Monteiro, representante da instituição Aconchego Grupo de Apoio À Convivência Familiar e Comunitária; Leovane Gregório, representante do Sindicato dos Servidores e Empregados da Assistência Social e Cultural do GDF; Milda Lourdes Pala Moraes, representante do Instituto Espírito de Luz; Patricia Andrade Santiago Silva Mello, representante da instituição Aldeias Infantis SOS Brasil; Renata Melo, representante do Instituto Espírito de Luz; Ricardo Testa, representante do Instituto Murialdo; Silvina da Conceição Araújo, representante da instituição Assistência Social Casa Azul; Valdemar Martins Da Silva, representante da instituição Casa de Ismael - Lar Da Criança. 3. E ainda: da Secretaria Executiva - Rokmgelhe Vasco Santana, secretário executivo, Heide Silva e Josimar Almeida; da Ungef - Gisele Rabelo, Giovanna Ribeiro e Luíza Arcangela; da Sejuv - Geraldo Barros; da SUBPCA - Heidi Sataben; CoorFDCA, Lúnia Teixeira, do Lar de São José. 1. Ordem do Dia. 1.1 Alteração da Resolução 61 de 2012 do CDCA/DF - Encaminhamento: (a) aprovado texto com os ajustes propostos pela Mirella; (b) enviar texto final para a AJL. Relatoria: Mirella Ximenes chama atenção para os pontos que dizem respeito ao uso equivocado termo de cooperação, para que seja termo de fomento. Também alerta acerca da questão do prazo eterno de captação de recurso. Ela sugere melhor discussão nesses pontos e acompanha entendimento da Grazielle Nogueira de envio da minuta para a AJL para posicionamento sobre os pontos trazidos pela alteração, sob a perspectiva do Mrosc. João Donadon entende que o texto, recepcionadas as sugestões da Mirella, em alguns pontos, deve ser votado na Plenária. Francisco Beto sugere aprovar a minuta com as observações da Mirella e, após, encaminhar para a AJL, posto que aquela tem de apreciar mesmo. Daise acompanha entendimento de Francisco Beto e complementa dizendo que o Ato Setorial complementar o novo texto da Resolução 61/2012. 1.2 Ato setorial do CDCA. Encaminhamento: (a) aprovado texto do Ato Setorial, com a redação dada nesta 66ª Plenária, considerando as contribuições item por item e o texto editado durante esta plenária. (b) grupo de trabalho do Ato Setorial produzirá os anexos. Relatoria: Feita a leitura item por item de todo o texto do Ato Setorial, houve contribuições em diversos pontos, entre eles aqueles que Milda chama atenção porque acabam criando mais atribuições para a Secretaria Executiva do CDCA, que já sofre pela carência de recursos humanos, de pessoal para trabalhar. Donadon sugere retirar a expressão 'estudo técnico' e acompanha o entendimento de que possa ser substituído por parecer. Rokmgelhe discorda de que parecer seja um documento elaborado pela Secretaria Executiva, porque quem diz o que deve sair ou entrar no edital é o CDCA. Quanto ao termo de fomento, Milda sugere que tenha prazos definidos para liberação dos recursos. Ela também sugere prazo para assinatura da termo de fomento e prazo para liberação da parcela. Beto sugere, no texto do Ato Setorial, a expressão 'liberação de recursos' em vez 'liberação de parcela'. Donadon chama atenção que o texto redigido até a liberação de recurso está de bom tamanho, deixando as peculiaridades para quando da edição do edital. Quanto aos esclarecimentos do § 6º por Donaldon, Milda traz que, pelo normativo vigente, não pode a entidade apresentar novo projeto com mesmo objeto do apresentado anterior. Donaldon diz que o texto se refere ao edital e não à captação de recurso, e Milda pede que isto esteja bem claro no texto. Beto destaca que é necessário que o CDCA tenha o plano de ação e é importante um documento que oriente a edição de um edital. Não necessariamente uma nota técnica, mas uma justificativa para que o edital saia mais assertivo. Rokmgelhe chama atenção para colocação de prazos, que acabam não sendo cumpridos. Rokmgelhe, em resposta a Milda, esclarece que é necessário a assinatura do secretário de Justiça. Luíza, da Ungef, chama atenção para o fato de que as áreas técnicas não foram ouvidas e que algumas coisas vão acabar por emperrar o processo. Ao final, recepcionadas as contribuições dos conselheiros nos vários itens destacados do Ato Setorial, o texto final é aprovado pelo pleno. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 11h37, e Josimar Almeida, da Danc, lavro a presente ata, que vai assinada pelo vice-presidente do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, JOÃO HENRIQUE BARBOSA.

#### ATA DA 315ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Aos 29 de junho de 2021, por videoconferência, às 9 horas, verificado o quórum regimental, deu-se a abertura oficial da 315ª Reunião Plenária Ordinária do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal - CDCA/DF, sob a presidência do senhor João Henrique Barbosa, vice-presidente do CDCA. (1) Representantes Governamentais: Claudia Maya, da Secretaria de Desenvolvimento Social; Daniel R. Ferreira, da Secretaria de Turismo; Daniela - G. do Nascimento, da Secretaria de

Educação; Denise Leite-Ocampos, representante da Secretaria de Saúde; Eduardo Chaves, da Sejus/SUPCA; Fabryzon Bezerra, da Casa Civil; Fernanda F. Faleomer, da Secretaria da Mulher; Giuliana Côres, da Sejus; Grazielle Nogueira, da Governadoria; Kelly - C. Tavares, da Sejus/Subsis; Márcia Regina da Paz, representante da Secretaria de Desenvolvimento Social; Monica Maciel Ferreira, da Sejus/Secretaria de Direitos Humanos; Natália Guimarães Suassuna, representante da Secretaria da Juventude; Priscila Pinato, da Secretaria de Saúde; Ruth Meyre, da Secretaria de Educação; Simone Borges Nascimento, representante da Secretaria de Segurança Pública. (2) Representantes da Sociedade Civil: Adriana Camelo Nunes, da Casa Azul; Alecu Avelar, do Instituto Batauear; Ariceya de Albuquerque, do Instituto Projeto Integral de Vida - Pró-vida; Celiomar Dias de Oliveira, do Projeto Integral de Vida - Pró-vida; Daise Lourenço Moisés, do Cepas; Francisco Rodrigues (Beto), do Sintibref; Gabriella Godoy, do Iecap; Gláucia F. Matos, do Sintibref; João Donadon, da Casa de Ismael; João Henrique Barbosa, do Instituto Carinho; Julia Salvagni, da CRP; Joelma Oliveira Bafim, do Iecap; Juliana Damasceno, da Aconchego; Leovane Gregorio, do Sindsase; Luíza Martins, do Aconchego; Marcos Ritzmann, da Casa Azul; Milda Lourdes Moraes, do Espírito de Luz; Patricia Mello, da Aldeias Infantis; Silvina da Conceição Araújo, da Casa Azul; Ricardo Testa, do Instituto Murialdo; Stéfany Lourdes Pala Duarte, do Instituto Espírito de Luz; Valdemar Martins da Silva, da Casa de Ismael. (3) Demais participantes - Da SUBPCA: Juliana Mossos e Mariana Arake; da Ungef: Luíza Arcangela, Gisele Rabelo e Giovanna Ribeiro; da SECDA: Rokmgelhe Santana e Heide; da Sociedade Civil: Cláudia Brito; do 18 de MAIO: Benedito Rodrigues, Therezza Franco Netto e Manuella Ewerton Santos; do Comitê Consultivo: Txai Staerke Rezende Searponi Cruz, do Comitê do Conselho Consultivo. O vice-presidente do CDCA, João Henrique Barbosa, abre a sessão e se inicia a deliberação dos itens de pauta. 1. Aprovação da Ata 314ª Plenária Ordinária e 65ª Plenária Extraordinária - Encaminhamento: (a) aprovada Ata 65ª reunião extraordinária: Aprovada ata 314ª Plenária ordinária, com as anotações da conselheira Milda para que inclua a presença da conselheira Sthephany, 1ª suplente do Instituto Espírito de Luz. Ela também relembra que, na reunião da 314ª Plenária, fez o registro de se verificar a possibilidade de disponibilizar o Banco de Preços para as OSC, quando da realização de seus projetos, de suas propostas. (c) enviar à Comlegis sugestão de edição de resolução para que uma pessoa da AJL possa acompanhar o CDCA quanto ao escopo jurídico. 2. Informes da Presidência - Não houve. 3. Informes da Secretaria Executiva - Encaminhamento: aprovada por unanimidade matéria de adesão à Ata de Registro de Preços pelo CDCA, a fim de adquirir equipamentos de videoconferência e outros, conforme relatoria a seguir. Relatoria: Rokmgelhe informa que, desde o ano passado, iniciou-se um processo de aquisição de equipamento para o CDCA, inclusive para atender o Comitê Consultivo. E como se tem uma ata de adesão para equipamentos de videoconferências, coloca para deliberação a adesão a essa ata, com o objetivo de adquirir uma TV de 50", um suporte para ela e uma câmera específica para videoconferência. Relembra que esse assunto já foi tratado na 314ª Plenária, mas, como ficou dúvida quanto ao encaminhamento dado, ela foi colocada novamente para apreciação da Direx, que no grupo aprovou e trouxe para referendo desta 315ª Plenária. 4. Relato das Comissões. 4.1. Comissão de Políticas Públicas - Relatoria: A coordenadora Luíza Costa relata que os processos que deveriam ser analisados em junho serão feitos agora em julho, posto que não chegaram à Comissão com tempo suficiente para relatoria dos conselheiros. Relembra que se tratou em reunião da Compp a questão da aquisição de ceastas básicas e que foi muito ruim saber que não será possível a aquisição com o dinheiro do FDCA. Trouxe também o tema diagnóstico e estudo sobre toda a rede acolhimento, o que ela entende importante. Diz que é necessário discutir o quanto o CDCA pode colaborar com esse importante estudo. Em resposta ao Valdemar quanto à aquisição de ceastas básicas, Milda lembra que se usou saldo de recurso do CDCA, no final do exercício 2020, para aquisição de ceastas que atenderá 1.700 famílias dos adolescentes do socioeducativo. Ela diz que o processo está em finalização. Leovane propõe que toda reunião tenha um informe sobre onde estão os processos de compras. 4.2. Comissão de Medidas Socioeducativas - Relatoria: Mônica Maciel discorre sobre a escuta da unidade de atendimento em meio aberto de Planaltina. Também é feito um breve relatório sobre o andamento dos projetos acompanhados pelo Comissão dentro do plano de ação. Kelly traz informações acerca do Edital de Egressos, que está quase finalizado, em etapa de ajustes finais dos planos de trabalho das selecionadas, por sugestão da Comissão de Seleção. 4.3. Comissão de Formação e Mobilização - Relatoria: Mariela Ximenes esclarece que a Comissão aguarda retorno das demandas encaminhadas, entre elas retorno do ofício enviado à Secom acerca do plano de comunicação do CDCA. 4.4. Comissão de Legislação - Encaminhamento: concedida vista da minuta de alteração da Resolução 61/2012 à conselheira Mirela Ximenes. Matéria segue para deliberação em plenária extraordinária do dia 13 de julho. Relatoria: o coordenador Leovane informa que a Comissão trabalhou com a resolução de compilação das resoluções de concessão e renovação de registro de OSC. Que os processos da Apaed e da Padre Cicero estão na relatoria de dois conselheiros. Também se discutiu sobre o projeto de lei acerca de uso de elevadores por menores de idade sem acompanhamento de um responsável adulto. Daise lembra que é preciso conversar com o doutor Evandro, da PJFéis, a fim de finalizar a discussão sobre as certidões de regular funcionamento. Leovane faz uma breve apresentação da minuta de alteração da Resolução 61/2012, e esse ponto entra como inclusão de pauta na Ordem do Dia, acompanhando sugestão da Ruth, representante da Educação. Rokmgelhe faz algumas considerações, e Mirela Ximenes pede vistas da matéria. 4.5. Comissão de Conselho Tutelar - Sem relatoria. 4.6. Comissão de Acompanhamento do Comitê Consultivo - Relatoria: Gabriela, coordenadora da Comissão, diz que houve um mês de intenso trabalho, com participação dos adolescentes para discutir a prevenção de violência de crianças e adolescentes. Também traz que houve uma discussão sobre a data das reuniões dos adolescentes e que